



ACÓRDÃO Nº849/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11359/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Reserva para as Ações de Inteligência - FRAINT
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Tâmera Maciel Assad (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3213/2020, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Reserva para as Ações de Inteligência - FRAINT. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Fundo de Reserva para as Ações de Inteligência - FRAINT, referente ao exercício de 2016 (U.G: 22701), de responsabilidade da Senhora **Tâmera Maciel Assad**, Secretária Executiva do Fundo de Reserva para as Ações de Inteligência – FRAINT (U.G: 22701) e Ordenadora de Despesas, à época.
- 10.2. **Dar quitação** à Senhora **Tâmera Maciel Assad**, Secretária Executiva do Fundo de Reserva para as Ações de Inteligência – FRAINT (U.G: 22701) e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.3. **Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.3.1. Ausência do Relatório e Certificado de Auditoria com o parecer do dirigente do Órgão de Controle Interno, conforme exigência contida no Inciso III, do art. 10 da Lei Estadual nº 2.423/1996 (Lei Orgânica do TCE-



ACÓRDÃO Nº849/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

AM) c/c o art. 77, do Decreto Estadual nº 7682 de 29 de dezembro de 1983;

10.3.2. Ausência de pormenorização específica de quais necessidades seriam atendidas com a aquisição específica do software de antivírus “Kaspersky”, contrariando o que dispõe o art. 3º, I da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, II § 1º e 30, I, do Decreto 5.450/05 e art. 2º, caput, e parágrafo único, VII da Lei nº 9.784/99;

10.3.3. Na pesquisa de Mercado, não resta cristalinamente respeitado o princípio da economicidade nas licitações, vez que a pesquisa mercadológica se utilizou de apenas um produto. Questiona-se então o porquê da escolha do referido antivírus, enquanto poderiam existir outros modelos similares com custos mais em conta;

10.3.4. Ausência de pormenorização específica de quais necessidades seriam atendidas com a aquisição específica dos equipamentos de imagem, áudio e vídeo, contrariando o que dispõe o art. 3º, I da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, II § 1º e 30, I, do Decreto 5.450/05 e art. 2º, caput, e parágrafo único, VII da Lei nº 9.784/99.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Agosto de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral